

POUCAS & BOAS

Delmasso relator da Comissão da Vacina

O deputado distrital guaraense Rodrigo Delmasso (Republicanos), será o relator da Comissão Especial que acompanhará o andamento do Plano de Vacinação do DF, que será presidida pelo deputado Fábio Felix (PSOL). Os outros integrantes são os deputados Jorge Vianna (Podemos) escolhido vice-presidente. Iolando Almeida (PSC) e João Cardoso (Avante).

A Comissão tem o objetivo de fiscalizar e unir esforços ao Comitê Gestor da Sala de Situação do GDF que agora trabalha no plano de gestão e logística para a vacinação da população do DF. Anunciado no último dia 6 de janeiro, o Plano de Vacinação Distrital prevê, em sua primeira etapa, a imunização de 600 mil habitantes. Produzido pelas subsecretarias de Vigilância à Saúde (SVS) e Atenção Integral à Saúde (Sais), o Plano Estratégico e Operacional da Vacinação contra a Covid-19 no Distrito Federal está finalizado e alinhado com o Plano Nacional de Imunização do Ministério da Saúde (MS).

Vacinação voluntária

Delmasso defende a vacinação voluntária, embora ressalte que a imunização é a maior arma contra o vírus. "O nosso objetivo é poder auxiliar o governo a cumprir todas as etapas do plano e começar, o mais rápido possível, a imunização do nosso povo. A meta é vacinar toda a população. Acredito que, voluntariamente, as pessoas devem procurar o serviço de saúde", afirma.

Avenida das Cidades dá mais um passo

A tão esperada Avenida das Cidades, que já foi chamada de Interbairros no início do projeto e rebatizada de Transbrásilia no governo Rodrigo Rollemberg, dá mais um passo para sua construção. Aliás, grande passo.

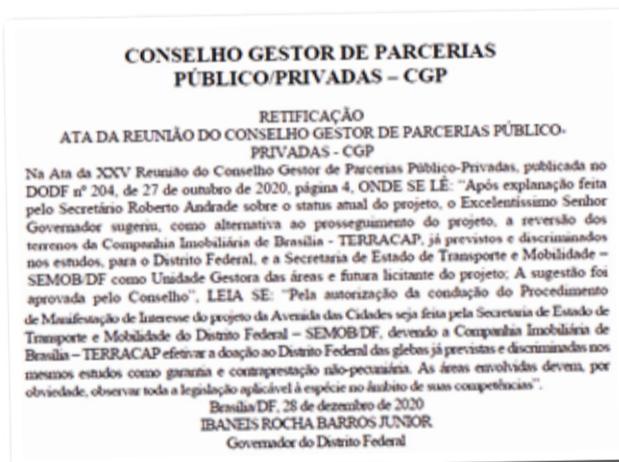
O Diário Oficial do DF desta quarta-feira, 13 de janeiro, publicou decisão do governador Ibaneis Rocha transferindo os terrenos lindeiros ao percurso da avenida da Terracap para a Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob).

De acordo com a ata da decisão, a Semob ficará responsável pela negociação dos terrenos com grupos interessados na construção da via, em forma de compensação



pelos custos da obra. É a parceria público-privada (PPP), modalidade em que o governo cede os direitos de exploração ou de bens imóveis a interessados em construir ou gerir um empreendimento público. É o que foi feito com o Complexo do estádio Mané Garrincha, com

o Centro de Convenções Ulisses Guimarães e com a Rodoviária Interestadual, o Aeroporto Internacional de Brasília, para citar alguns no DF. Será assim também com o Kartódromo e o Cave no Guará, que estão previstos para serem licitados ainda este ano.



Até 80 mil empregos diretos

Além da melhoria da infraestrutura de transporte, da integração das cidades e da conexão com o sistema viário existente, o complexo urbanístico vai contribuir para a geração de novos centros de negócios, lazer e habitação. A obra terá duração de 8 anos e deverá gerar mais de 20 mil empregos diretos no período de construção. E depois de pronta mais de 80 mil empregos diretos devem ser criados. Além de valorizar toda a região sul do DF, o projeto vai valorizar também os imóveis que são adjacentes a avenida, dando mais qualidade de vida à população.

De acordo com os cálculos do governo, a Avenida das Cidades vai beneficiar inicialmente cerca de 400 mil motoristas.

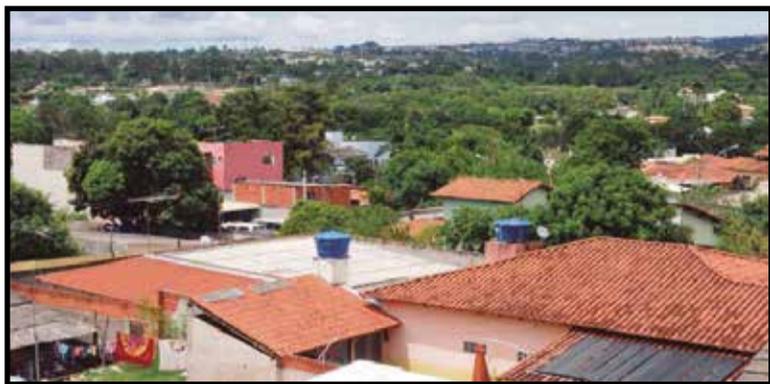
Como está o projeto

A rede de alta tensão de Furnas era o único impedimento para o andamento do projeto da grande via que liga o Plano Piloto a Samambaia, passando pelo meio de Guará, Águas Claras e Taguatinga. Não será mais. O Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Projetos Especiais (Sepe) e a Terracap assinaram em fevereiro do ano passado, termo de cooperação com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autorizando Furnas a fazer o enterramento de 16 km de cabo de alta tensão no percurso da via.

A agência autorizou o aterramento de sete linhas de transmissão aéreas. A avenida, que vai unir as cidades da região Sul – Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Park Way e Guará – ao Plano Piloto terá extensão de 26 km. A obra deve começar em 2022 com o enterramento e também remanejamento das linhas aéreas de alta tensão que estão no trajeto da via. O valor estimado do investimento é de R\$ 2,9 bilhões, desse valor R\$ 1 bilhão é para o enterramento.

A Avenida das Cidades vai impactar principalmente Guará e Águas Claras, porque vai implicar no aterramento de toda a linha de alta tensão de Furnas e cessão dos terrenos entre Guará I e II para a iniciativa privada construir lojas e apartamentos, além de equipamentos públicos. O adensamento, entretanto, será compensado com a abertura de uma nova via para os dois lados – Taguatinga, Samambaia, Park Way e Águas Claras e Plano Piloto do outro lado.





em Arniqueira, 441 em São Bartolomeu (que inclui o condomínio Ville de Montagne). No final do ano passado, a empresa iniciou a regularização de 1.456 lotes em Arniqueira.

REGISTRO EM CARTÓRIO

De acordo com a Terracap, os locais foram escolhidos a partir do plano estratégico da empresa, previsto para os próximos cinco anos. Até o final de 2021, a agência espera concluir o registro dos lotes em cartório.

Segundo a Terracap, em 2019, houve o registro do 1.055 lotes em Vicente Pires Trecho 1 (URB-RP-068/13). A Codhab, foi regularizou a Aris Expansão da Vila São José em Brazlândia (3.767 famílias) e as pontas de quadra da QNP 15 e 19 de Ceilândia (28 famílias).

Em 2020, o Conselho de Planejamento do DF (Conplan) aprovou 13 projetos, contemplando 18.179 habitantes e o GDF publicou 21 decretos com resultados no andamento da regularização de lotes para 42.053 moradores.

Condomínios Águas Claras, Bernardo Sayão e Iapi vão todos se chamar **GUARÁ PARK**

Para manter números dos condomínios e casas, setores serão chamados de Guará Park I, II e III

Em julho do ano passado, a Câmara Legislativa promoveu, remotamente, uma reunião pública para discutir a mudança do nome dos três condomínios horizontais (antigas colônias agrícolas) na Região do Guará, a fim de criar um único setor habitacional. A discussão, proposta pelo deputado Rodrigo Delmasso (Republicanos), morador da cidade, é uma reivindicação antiga dos moradores. A audiência pública é uma das etapas exigidas para a alteração de denominações de endereçamento.

Se aprovado quando for levado a plenário, o Projeto de Lei nº 925/20 estabelece que as Colônias Agrícolas Iapi (também conhecido como Setor de Mansões Iapi), Colônia Agrícola Águas Claras (conhecida como Guará Park) e a Colônia Agrícola Bernardo Sayão passarão a ser chamadas de Setor Residencial Guará Park. Inicialmente, o nome sugerido e que estava sendo considerado pelo governo do Distrito Federal no processo de regularização era "Setor Residencial Bernardo Sayão", mas essa denominação também é utilizada no setor de indústrias e serviços do Núcleo Bandeirante, o que poderia gerar confusão na entrega de correspondências e na procura por endereços. O nome Guará Park foi sugerido pelo fato da área estar localizada entre o Guará e o Park

Way.

Depois de tramitar na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta de unificação do nome será votada em Plenário pelos deputados distritais e partir da homologação pelo presidente da Câmara Legislativa, o projeto de lei será enviado ao governador para sanção ou veto.

COMO ESTÁ A REGULARIZAÇÃO

Ainda em julho do ano passado, uma outra reunião virtual, também promovida pelo deputado Rodrigo Delmasso, foi esclarecido o estágio de regularização dos três condomínios do Guará. Segundo o gerente de Venda Direta da Terracap, Renato Andrade, informou que o processo estava praticamente concluído e a venda dos lotes aos atuais ocupantes deve ser iniciada ainda em 2021. Segundo ele, todas as etapas anteriores tinham sido concluídas, incluindo a mais importante delas, a Licença Ambiental, que permite o parcelamento de terras públicas preservando o possível do meio ambiente.

Emitida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) há dois anos, a Licença Ambiental foi o passaporte para a regularização dos três condomínios do Guará e mais Arniqueira, do outro

lado do córrego Vicente Pires. O segundo passo foi a liberação da licença do Conselho de Meio Ambiente (Conam), após as ações de compensação ambiental previstas para a região. Após a liberação do Conam, foi a vez da licença do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) responsável pela emissão da licença que autoriza a execução do projeto urbanístico, com as diretrizes de instalação de infraestrutura de drenagem de águas pluviais, reforço na rede elétrica, fornecimento de água e coleta de esgoto e a construção de calçadas. Essas obras devem ser concluídas ainda no primeiro semestre, o que libera a Terracap para a realização do cadastro dos moradores para a venda direta dos lotes.

PREÇO DOS TERRENOS

O próximo passo depois do cadastro dos moradores será a fixação dos valores dos terrenos. De acordo com o gerente de Venda Direta da Terracap, Renato Andrade, a referência da avaliação vai levar em consideração os preços praticados na parte legalizada de Vicente Pires, entre R\$ 80 mil por 125 metros quadrados (o menor tamanho que pode ser legalizado) a R\$ 350 mil por 800 metros quadrados. "Para a venda é necessário calcular o valor do imóvel e da infraestrutura que existe. Para acharmos o valor de



Condomínios Bernardo Sayão e Guará Park (fotos), mais Iapi vão ter um nome único com a regularização



mercado, deduzimos o valor da infraestrutura e da valorização que ela trouxe", explica o representante da Terracap.

Para o chefe da Área de Proteção do Planalto Central (onde estão os quatro condomínios), Maurício Laxe, o processo de regularização dos dois setores pode signifi-

car um exemplo de desenvolvimento sustentável para o restante do Distrito Federal. "Hoje, aquela área é um problema, mas pode se tornar uma experiência de regularização com preservação e compensação ambiental como nunca vista na cidade", afirma.